

CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL MAIOR

Vânia Queiroz de Moraes Pinheiro ¹

RESUMO

Estudos têm apontado que a parceria entre professores da Educação Especial e da Sala Regular tem se mostrado muito eficaz para a promoção da inclusão e desenvolvimento dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Assim, partindo desse pressuposto o problema de pesquisa surge a partir do questionamento de por qual razão, nas séries finais do ensino fundamental existem grandes dificuldades para se trabalhar práticas pedagógicas que incluam os alunos PAEE? Dessa forma, a pesquisa objetiva contribuir com a melhoria de práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula regular, tendo por objetivos específicos a) construir um trabalho de parceria entre professor da sala regular e professor da educação especial; b) descrever as contribuições do trabalho de colaboração na inclusão de alunos Público Alvo da Educação Especial. O método utilizado é o relato de experiência realizado a partir da observação e ações diárias em uma escola pública dos anos finais do ensino fundamental no ano de 2023. Neste período, observou-se a relação entre professor da Educação Especial e Sala Regular bem como as atividades desenvolvidas, as quais estão descritas ao longo do relato. Após o período de observação, pôde concluir que, para que esses alunos sejam de fato incluídos e tenham acesso ao conhecimento é necessário colaboração entre professores de Educação Especial e Ensino Comum, além de investimentos em formações constantes para esses profissionais.

Palavras-chave: Inclusão, Colaboração, Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “Construindo práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental maior” é fruto de inquietações acerca da inclusão escolar de alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) que chegam no ensino fundamental maior (6º ao 9º ano).

Logo partindo desse pressuposto, o problema de pesquisa surge a partir do questionamento de por qual razão, nas séries finais do ensino fundamental existem grandes dificuldades para se trabalhar práticas pedagógicas que incluam os alunos Público-Alvo da Educação Especial? Assim, parte-se da hipótese de que o trabalho de colaboração entre professores da sala comum e professores da educação especial podem favorecer as práticas pedagógicas no contexto da inclusão.

Desse modo, a pesquisa visa contribuir com a melhoria de práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula regular, tendo por objetivos específicos: construir um trabalho de

¹ Mestranda do Curso de Educação Inclusiva da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, vaniaqmpinheiro@gmail.com.

parceria entre professor da sala regular e professor da educação especial; descrever as contribuições do trabalho de colaboração na inclusão de alunos PAEE.

Assim, a pesquisa visa contribuir com a melhoria de práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula regular, para isso serviu-se do método da observação para verificar a relação de colaboração estabelecida entre o professor de educação especial e o professor da sala de aula regular e os efeitos do trabalho de colaboração.

Estudos têm apontado que a parceria de professores da educação especial e professores da sala regular tem se mostrado muito eficaz para a promoção da inclusão escolar e desenvolvimento dos alunos PAEE. Assim, entre as formas de trabalho em conjunto, o ensino colaborativo tem sido utilizado para favorecer a inclusão escolar dos alunos PAEE, envolvendo a parceria direta entre professores do Ensino Comum e professores da Educação Especial.

O Ensino Colaborativo ou Coensino é uma nova proposta de trabalho para a efetivação da inclusão dos alunos Público Alvo da Educação Especial. Assim, o ensino colaborativo é um serviço que iniciou na década de 80 nos Estados Unidos e foi criado por autores americanos como GARVAR; PAPANIA, 1982; WILL, 1986; WOOD, 1998 entre outros. Segundo Rabelo (2012, p.22) “As redes de trabalho colaborativo foram sendo progressivamente, adotadas e pesquisadas, especialmente, nos Estados Unidos, Inglaterra e na Espanha, como um modelo alternativo que dá uma nova direção ao processo de inclusão escolar [...]”.

A inspiração no Brasil para o ensino colaborativo advém dessas experiências em outros países. Assim, os primeiros estudos sobre o Ensino Colaborativo no Brasil foram realizados pelas autoras Capellini (2004) e Zanata (2004). Os estudos nesta área têm se intensificado no Brasil, por meio de diversas produções científicas de pesquisadores como MENDES (2008); RABELO (2012); VILARONGA (2014); MENDES, VILARONGA, ZERBATO (2018); CAPELLINI, ZERBATO (2019) entre outros.

Segundo Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p. 46) “No ensino colaborativo professores da sala regular e os professores da sala de recurso multifuncional dividem as responsabilidades de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes.”. Assim, o ensino colaborativo ou coensino é uma proposta de parceria entre os professores do ensino regular e educação especial, no qual ambos definem juntos o planejamento, as avaliações e as estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo e o aprendizado a todos os alunos com deficiência ou não.

Partindo assim, do conhecimento do ensino colaborativo que a pesquisa tenta iniciar um trabalho de colaboração com os professores da escola com o intuito de contribuir para a inclusão dos alunos Público Alvo da Educação Especial no ambiente escolar a partir da construção da parceria entre os docentes, sabendo que são inúmeras as dificuldades enfrentadas pela escola na busca pela inclusão das pessoas PAEE, tornando-se assim, necessárias propostas pedagógicas adequadas ao professor e aos alunos com vistas a uma mudança de atitudes diante desse público que possibilite assim, a inclusão deles na sala de aula comum.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada utilizou o método da observação para verificar a relação de colaboração estabelecida entre o professor de educação especial e o professor da sala regular e os efeitos do trabalho colaborativo na escola observada.

Segundo Ludke e André (1986, p.26) a “observação possibilita um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”.

A metodologia utilizada traz o relato de experiência que foi realizado a partir da observação e ações diárias em uma escola pública dos anos finais do ensino fundamental no ano de 2023. Neste período, observou-se a relação entre professor da Educação Especial e Sala Regular bem como as atividades desenvolvidas, as quais estão descritas ao longo do relato.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante muito tempo as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, especificamente, durante o século XIX, esses indivíduos viviam às margens do abandono social e até mesmo o abandono da própria família. Somente no fim da década de 60 houve a iniciação à integração escolar com objetivo de inserir as pessoas com deficiência nos sistemas gerais da sociedade, porém, nesse período, eram os indivíduos com deficiência que deveriam adaptar-se à sociedade já organizada.

Apesar de forte e decisivo, esse movimento não trouxe resultado satisfatório já que nada fora modificado dentro da sociedade na época. A inclusão surge para romper com os paradigmas educacionais, após todos esses anos de exclusão e, a inclusão escolar reflete bem esse novo momento de desenvolvimento social e humano.

Nas discussões atuais sobre a inclusão, o ensino escolar brasileiro tem a sua frente o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas instituições educacionais. É fato que algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los.

Contudo, é evidente, também, que o nosso sistema educacional, diante da democratização do ensino, tem vivido muitas dificuldades para proporcionar uma relação complexa, que é a de garantir escola para todos, mas de qualidade e, a inclusão dificulta mais essa relação, pois, o problema escolar brasileiro é dos mais difíceis diante do número de alunos que temos de atender, das diferenças regionais, do conservadorismo das escolas, entre outros fatores.

O fato é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE). A verdade é recorrente em qualquer lugar de nosso país, na maior parte de nossas escolas, públicas ou particulares, e em todos os níveis de ensino, mas sobretudo nas etapas do ensino básico: educação infantil, ensino fundamental e médio.

Assim, inclusão de alunos PAEE no ambiente escolar tem sido um grande desafio, entre os entraves enfrentado por esse público destaca-se o fato de muitos docentes das classes regulares desconhecerem o atendimento pedagógico adequado que deve ser oferecido a esse grupo de alunos, outro entrave está relacionado ao fato dos docentes da educação especial trabalharem isoladamente na sala de recurso multifuncional com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), esse isolamento na sua maioria impossibilita os docentes da educação especial de poderem interagir, dialogar e cooperar com os professores da sala comum. Dessa forma, os professores da sala comum e os professores da educação especial não têm a oportunidade de trocar experiências uns com os outros, pois, na maioria das vezes ambos trabalham e tomam decisões sozinhos.

Dessa maneira, faz-se necessário oportunizar experiências que permitam um trabalho de parceria entre os professores da sala comum e professores da educação especial. Diante desta realidade, é fundamental que o docente da classe regular e o docente da educação especial sejam orientados a buscarem novas práticas educativas que permitam a realização de um trabalho em conjunto entre ambos.

Estudos têm apontado que a parceria de professores da educação especial e professores da sala regular tem se mostrado muito eficaz para a promoção da inclusão escolar e desenvolvimento dos alunos com deficiências. Assim, entre as formas de trabalho em

conjunto, o ensino colaborativo tem sido utilizado para favorecer a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial, envolvendo a parceria direta entre professores do Ensino Comum e professores da Educação Especial.

De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), o coensino ou ensino colaborativo é um dos modelos de prestação de serviço de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes, ou seja, quando o professor da classe comum e o professor de Educação Especial definem juntos o planejamento, as avaliações e as estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao currículo e o aprendizado a todos os alunos, com deficiência ou não.

Ainda segundo as autoras citadas Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), esse modelo emergiu como alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, especificamente, para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes do público alvo da educação especial, pois uma vez que o aluno deve ser inserido numa classe comum, todos os recursos dos quais ele pode se beneficiar tem que ir junto com ele para o contexto da sala de aula, incluindo entre eles o professor especializado.

Assim sendo, pode-se entender que o termo “Ensino Colaborativo” é definido como uma parceria entre os professores do ensino regular e especial, desde que os dois professores se responsabilizem e compartilhem o planejamento, a execução e a avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, considerando a importância e necessidade de novas possibilidades de atuação no contexto escolar para que se torne um ambiente inclusivo o ensino colaborativo tem sido apontado como promissor para a escolarização das pessoas com deficiência, pois segundo Capellini e Zerbato (2019, p. 23) “o ensino colaborativo é uma nova possibilidade de trabalho a efetivação da escolarização e aprendizado dos estudantes público alvo da educação especial com intuito de somá-lo aos serviços de atendimento educacionais especializados já existentes.”.

Desse modo, o ensino colaborativo ou coensino objetiva a redefinição de papéis dos professores da educação especial como apoio centrado na classe comum e não somente em serviços que sejam prestados aos alunos atendidos pelo atendimento educacional especializado no período inverso de sua escolarização e que complementam ou suplementam seus estudos.

Logo, o Ensino Colaborativo se torna uma proposta de trabalho muito relevante e positiva para o êxito da escolarização de alunos PAEE, pois a troca e a soma de

conhecimentos entre o professor do ensino comum e o professor especialista da Educação Especial podem ser de extrema importância para o sucesso e aprendizado, tanto para os alunos Público Alvo da Educação Especial como para os demais alunos da sala comum.

Portanto, com o intuito de contribuir para a inclusão dos alunos Público Alvo da Educação Especial no ambiente escolar o relato de experiência se deu em função de inúmeras dificuldades enfrentadas pela escola na busca pela inclusão das pessoas PAEE, tornando-se assim, necessárias propostas pedagógicas adequadas ao professor e aos alunos com vistas a uma mudança de atitudes diante desse público que possibilite assim, a inclusão deles na sala de aula comum.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa descreve algumas estratégias pedagógicas de caráter inclusivo realizadas por professoras de educação especial nas séries finais na escola José Maria Morais e Silva, localizada no município de Ananindeua, no estado do Pará, ocorrido no ano de 2023.

A escola iniciou o trabalho de colaboração entre os professores sem ter conhecimento de que se tratava de um modelo de serviço sistematizado. Esse trabalho começou porque percebeu-se que somente o trabalho na sala de recursos não estava sendo o suficiente para o desenvolvimento do aluno Público Alvo da Educação Especial, pois, em sala comum eles estavam ociosos, sem atividades durante todo o período de aula que dura quase cinco horas diárias.

Assim, partindo dessa inquietação de perceber a ociosidade que os alunos PAEE estavam vivendo, as professoras da educação especial começaram a pensar em estratégias pedagógicas que possibilitasse a inclusão desses alunos na sala de aula regular.

Então primeiramente as professoras de educação especial solicitaram a gestão um dia de formação com os professores para que pudessem explicar o trabalho que se tem realizado até o momento na escola e o trabalho que se pretende iniciar, assim como, também trabalhar com os professores o conceito do que é a inclusão escolar, o que é o atendimento educacional especializado, a função desse atendimento, quem são os alunos PAEE, mostrar aos professores quem são os alunos PAEE que a escola está recebendo e trabalhar algumas orientações acerca de atividades voltadas para inclusão desses alunos.

Após esse primeiro encontro com os professores da sala regular, as professoras da educação especial, decidiram pensar em estratégias que as aproximasse mais deles e que de alguma forma pudessem colaborar com a inclusão efetiva dos PAEE.

Assim, de modo a estreitar a aproximação com os professores da sala regular pensou-se na realização do assessoramento aos professores, esse assessoramento foi definido que aconteça todas as sextas-feiras, dia reservado para hora-atividade das professoras especialistas do AEE. Neste dia as professoras entram em contato com os professores para juntos conversarem sobre o que será trabalhado na semana posterior.

É importante enfatizar que o assessoramento acontece na sua maioria via WhatsApp, haja vista que muitos professores não estão todos na sexta-feira, o que se faz necessário esse trabalho on-line, além do assessoramento presencial para aqueles professores que estão na escola. Sendo importante enfatizar que já para o final do semestre tivemos um aumento expressivo de professores da sala comum procurando as professoras especialista presencialmente, o que nos possibilitou um grande aumento de assessoramento presencial.

O trabalho de assessoramento visa investigar os conteúdos que estão sendo trabalhados em sala comum, para que, juntos, os professores possam pensar em atividades que incluam os alunos PAEE nas práticas da sala regular.

De forma geral, o assessoramento acontece da seguinte forma: inicialmente as professoras de educação especial entram em contato com professores de sala comum solicitando a descrição dos conteúdos a serem trabalhados no bimestre; em seguida, as professoras especialistas orientam e sugerem atividades referentes aos conteúdos descritos que podem ser trabalhados pelos professores de sala comum.

Assim, no momento do assessoramento os professores da sala regular conversam com as professoras especializadas e informam sobre que conteúdo estarão trabalhando no decorrer da semana, assim, a partir dessa informação ambos conversam de que forma podem trabalhar esse conteúdo de modo a incluir os alunos PAEE, logo partindo dessa conversa e troca de ideias sempre conseguimos pensar em algo para ser trabalhado, algumas vezes não conseguimos fechar no momento mas ambos os professores se responsabilizam em propor algo, mas para tal faz-se necessário um tempo para pensar, para pesquisar propostas de como trabalhar com determinado tema partindo da especificidade de determinado alunos PAEE para que assim ele seja incluído na aula.

Em suma tem sido exitoso o trabalho de assessoramento realizado com os professores da sala comum desta escola, pois, temos percebido o crescimento do grau de comprometimento dos docentes e a preocupação de propor atividades inclusivas para que os alunos PAEE sejam inseridos nas aulas. Assim, como também tem sido gratificante ver esses alunos participando das atividades junto com seus pares, sendo garantido assim, o seu direito de acesso e permanência na escola com um ensino de qualidade.

Sabemos que o trabalho que temos realizado na escola tem sido de colaboração juntos aos professores, mas, o nosso objetivo maior é um dia efetivarmos o trabalho de ensino colaborativo na escola, temos a certeza que já demos grandes passos, e que com a parceria que temos construído em breve estaremos lançando a proposta do trabalho do ensino colaborativo para que os professores interessados possam conhecer e quem sabe e assim, nos possibilite a construção de um trabalho de ensino colaborativo nesta escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base as observações e os registros durante este período observado e de ações efetivas, foi possível destacar mudanças atitudinais, progressos acadêmicos e crescimento em habilidades sociais nos alunos Público Alvo da Educação Especial.

Em relação às mudanças de atitudes, foi possível observar, no decorrer das atividades, que os alunos aprenderam a ignorar seus medos e experimentar o processo de aprendizagem, além disso, os alunos passaram a frequentar mais a Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Além disso, percebeu-se ainda que a partir do contato entre esses professores, a relação mudou significativamente, tornando-se estreita e dando mais espaço ao diálogo, pois os professores do ensino comum têm buscado cada vez o assessoramento do professor de Educação Especial.

No que diz respeito às mudanças acadêmicas, percebeu-se que, em geral, a aprendizagem desses alunos melhorou significativamente, o que contribuiu para a elevação da autoestima desses discentes, pois em geral são discentes que têm dificuldades com leitura e escrita ou, até mesmo, não são alfabetizados, mas apresentam um nível de compreensão que pode ser acessado por meio de atividades e diferenciadas e com apoio pedagógico.

No que concerne às mudanças sociais, pode-se verificar que estas foram as mais visíveis, pois os alunos se sentem incluídos uma vez que participam das atividades propostas pelos professores da sala comum, com isso, melhoram o relacionamento com os colegas de turma, tornaram-se mais ativos e participativos no ambiente escolar.

Logo, a introdução de práticas pedagógicas no contexto inclusivo se torna uma proposta de trabalho muito relevante e positiva para o êxito da escolarização de alunos PAEE, pois a troca e a soma de conhecimentos entre o professor do ensino comum e o professor especialista da Educação Especial podem ser de extrema importância para o sucesso e aprendizado, tanto para os alunos Público Alvo da Educação Especial como para os demais alunos da sala comum.

Portanto, conclui-se que para que esses alunos sejam de fato incluídos e tenham acesso ao conhecimento é necessária colaboração entre professores de Educação Especial e Ensino Comum, além de investimentos em formações constantes para esses profissionais.

REFERÊNCIAS

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: **EPU**, 1986.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela; ZERBATO, Ana Paula. Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: **Edufscar**, 2014.

RABELO, L. C. C. Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar. 200 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

ZERBATO, Ana Paula; CAPELLIE, Vera Lúcia M. Fialho. O que é ensino colaborativo. São Paulo. **Edicon**, 2019.